

SINDIPETRO-LP CONVOCA **ASSEMBLEIA** PARA DEBATER RATIFICAÇÃO DAS EXECUÇÕES JUDICIAIS DA **PLR 2019**

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista convoca as trabalhadoras e os trabalhadores de suas bases para **Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada na próxima quinta-feira (16), às 17h, em primeira convocação, e às 17h30, em segunda convocação. As assembleias serão realizadas na Sede, em Santos, e na subsede, em São Sebastião, por videoconferência, além do Aeroporto de Jacarepaguá, presencialmente. Nas bases operacionais, a atividade também será realizada para os grupos que estiverem trabalhando no horário da assembleia da Sede e da subsede.**

A assembleia terá dois pontos principais de pauta: a ratificação das execuções judiciais da PLR da Transpetro e da Holding e a discussão e deliberação sobre as eleições de 2026.

PLR 2019: disputa segue na Justiça

A discussão sobre a PLR 2019 segue em curso na Justiça. Recentemente, a Petrobrás recusou a proposta apresentada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que previa a continuidade das ações com possibilidade de adesão individual, sem prejuízo às execuções coletivas. Diante disso, a FNP peticionou pela continuidade da ação e reforçou a defesa do direito coletivo da categoria.

Na prática, há duas alternativas colocadas para os trabalhadores: o acordo judicial ou a execução judicial. No acordo, a empresa propõe o pagamento de cerca de R\$ 6.045, condicionado à desistência da ação. Já na execução judicial, os trabalhadores seguem no processo coletivo para receber valores reconhecidos pela Justiça, que podem começar em

aproximadamente R\$ 8.500 e ser superiores, dependendo de cada caso.

Ou seja, enquanto o acordo implica abrir mão da ação judicial para receber um valor menor, a execução judicial mantém o direito coletivo e pode garantir valores significativamente maiores.

No caso da assembleia convocada pelo Sindipetro-LP, a categoria irá deliberar sobre a ratificação das execuções da PLR da Transpetro e da Holding.

Eleições de 2026 e defesa da soberania nacional

O segundo ponto da assembleia trata das eleições de 2026. Para o sindicato, é fundamental apoiar candidatas e candidatos comprometidos com a pauta dos trabalhadores e trabalhadoras, com a defesa dos direitos sociais, da

organização sindical, das empresas públicas e da soberania nacional. Isso significa defender o papel estratégico das empresas estatais, proteger nossas riquezas naturais, minerais e intelectuais.

Em um cenário internacional marcado pela ofensiva dos Estados Unidos sobre outros povos — com o bloqueio a Cuba, as sanções e ataques ao Irã em articulação com Israel, a atuação sobre a Venezuela e o apoio a guerras como na Ucrânia e em Gaza —, cresce também a preocupação com tentativas de influência e interferência em processos políticos ao redor do mundo, inclusive nas eleições deste ano. Defender a soberania brasileira é garantir que o país não esteja submetido a interesses externos, assegurando que o povo decida seu próprio destino, sem ingerência estrangeira.

SINDIPETRO-LP E FNP DESTACAM RESULTADO DA PLR 2025 E COBRAM DISTRIBUIÇÃO MAIS JUSTA FRENTE AOS ACIONISTAS

A diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista e os representantes dos sindipetros que integram a Federação Nacional dos Petroleiros acompanharam a apresentação realizada pelo Sistema Petrobrás sobre os resultados de 2025 para fins de pagamento da PLR. Segundo a gestão da empresa, todos os indicadores foram integralmente atingidos pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores. No caso da Transpetro, há uma auditoria em andamento — procedimento habitual —, com previsão de conclusão ainda nesta semana.

Com isso, a categoria terá direito ao recebimento da PLR em sua integralidade, conforme os critérios estabelecidos. A gestão classificou o montante como o maior da série histórica desde o início do pagamento da PLR.

Apesar do resultado expressivo, é fundamental analisar a distribuição de riqueza de forma mais ampla. De acordo com dados apresentados, serão distribuídos cerca de R\$ 45 bilhões em dividendos aos acionistas em 2026, referentes ao exercício de 2025.

Pela legislação da PLR, em vigor desde 2001, os traba-

lhadores poderiam receber até 25% do valor repassado aos acionistas. No entanto, o valor efetivamente destinado à PLR ficou muito abaixo desse patamar. Se a Petrobrás aplicasse esse limite de 25% sobre o montante distribuído aos acionistas, os trabalhadores poderiam receber algo próximo do triplo do valor da PLR anunciada para a holding, o que evidencia a disparidade na divisão dos resultados. Outro fator que impacta diretamente essa distribuição é o atual regimento da PLR, que limita os pagamentos a 6,25% do lucro líquido e 25% dos dividendos, restringindo o alcance de uma participação mais proporcional aos resultados obtidos pela empresa.

Na Transpetro, em função dessa limitação, o pagamento será dividido entre 18% como PLR e 82% como PPP. A empresa informou que o pagamento aos trabalhadores da ativa e aos ex-empregados ocorrerá na mesma data, prevista para 30 de maio.

Já a Petrobrás indicou que a quitação da PLR está prevista para o dia 29 de maio, condicionada à aprovação do provisionamento pela Assembleia Geral de

Acionistas, marcada para o dia 16. No caso da holding, os ex-empregados receberão em até 30 dias após o pagamento aos trabalhadores da ativa, previsto para 30 de junho.

O adiantamento de um terço da PLR foi realizado em janeiro de 2026. A quitação final ocorrerá com os descontos legais de Imposto de Renda e da contribuição assistencial de 2% destinada à AMS.

Também foram detalhados os impactos de penalidades disciplinares. Na Transpetro, dois casos de suspensão terão redução de 20% no valor. Na Petrobrás, foram registrados cinco casos de suspensão (redução de 20%), três advertências (redução de 10%) e um caso de justa causa, que não terá direito ao recebimento.

Conforme orientação da gestão, é importante que os ex-empregados mantenham seus dados bancários sempre atualizados junto à empresa, a fim de evitar erros no processamento dos pagamentos.

Embora o valor represente um avanço e reconheça o esforço da categoria, as entidades apontam a necessidade de aprofundar o debate sobre justiça distri-

butiva. A defesa é de que o Sistema Petrobrás cumpra seu papel estratégico no desenvolvimento nacional, especialmente em um cenário internacional adverso, contribuindo para reduzir os impactos econômicos sobre a população.

Ainda neste ano será discutido um novo regimento da PLR, e a FNP pretende incluir cláusulas que garantam maior equilíbrio na distribuição, assegurando que, sempre que houver repasses significativos aos acionistas, os trabalhadores também sejam devidamente contemplados. **Além disso, o Sindipetro-LP e a FNP seguem cobrando avanços em pautas estruturais, como plano de cargos e condições de trabalho, reforçando o compromisso de levar às mesas de negociação as demandas apresentadas pela categoria.**

Para o Sindipetro-LP, o resultado da PLR 2025 reafirma a capacidade e a dedicação dos trabalhadores do Sistema Petrobras, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de manter a mobilização para garantir direitos e ampliar conquistas.